

# GÊNEROS, VIOLÊNCIAS E CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS DE SUBJETIVIDADES NAS DIVERSIDADES SÓCIOCULTURAIS

v. 12 n. 24 (2024): BILROS 2024.1

## ROZELI COSTA SILVA

Especialista em Educação Infantil - Universidade Estadual do Piauí, 2017. Mestranda em Educação - Universidade Federal do Ceará, 2024. E-mail: rozelisilva2011@hotmail.com

## LUÍS TÁVORA FURTADO RIBEIRO

Doutor em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2002. E-mail: luistavora@uol.com.br

**GÊNEROS, VIOLÊNCIAS E CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS DE  
SUBJETIVIDADES NAS DIVERSIDADES SÓCIO-CULTURAIS**

**GENDER, VIOLENCE AND HISTORICAL CONSTRUCTIONS OF  
SUBJECTIVITIES IN SOCIO-CULTURAL DIVERSITIES**

Rozeli Costa Silva

Luís Távora Furtado Ribeiro

**RESUMO**

No meio social, são em grande número os debates acerca da violência de gênero e suas tipicidades, promovendo uma conceituada gama de conceitos e definições acerca da temática aqui enfocada. Isso posto, o presente artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, em variadas obras que discorrem sobre a presente temática, tais como: livros, artigos científicos, periódicos, revistas eletrônicas, dentre outros, tendo como objetivo trazer informações que possam alargar e potencializar os enfoques sobre as questões inerentes à violência de gênero, bem como a construção histórica de subjetividades nas diversidades socioculturais. A pesquisa mostrou que as diversidades socioculturais, incluindo-se as de gêneros, podem levar as pessoas a praticarem a violência de gênero de variadas formas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero. Violência. Subjetividades. Diversidades. Sociedade.

**ABSTRACT**

In the social environment, there are a large number of debates about gender-based violence and its typicalities, promoting a renowned range of concepts and definitions about the theme focused here. That said, this article was prepared based on bibliographical research, with a qualitative approach, in various works that discuss this topic, such as: books, scientific articles, periodicals, electronic magazines, among others, with the objective of bringing information that can broaden and enhance the focus on issues inherent to gender-based violence, as well as the historical construction of subjectivities in sociocultural diversities. Research has shown that sociocultural diversities, including gender, can lead people to practice gender-based violence in different ways.

**KEY WORDS:** Gender. Violence. Subjectivities. Diversities. Society.

## INTRODUÇÃO

Nas mais variadas instâncias sociais, as diversidades socioculturais são próprias das vivências humanas, dentro do contexto em que estão inseridas, sendo construídas através dos tempos, desde que o homem passou a viver em sociedade. Essas nuances socioculturais estão incutidas na vivência cotidiana de incontáveis populações em todo o mundo contemporâneo (FONSECA; MATITZ; CHAERK (2022).

Os valores sociais adquiridos ao longo da trajetória de vida do ser humano, pode fomentar as particularidades de cada pessoa, dentro do ciclo social em que reside. Assim, a subjetividade se desenvolve de forma natural, em detrimento da maturação biológica de cada ser dentro do ciclo familiar ou social que está inserido (CARDOSO, 2008).

Esses atributos vêm sendo edificados ao longo do tempo, personificando as particularidades de gênero e suas trajetórias de vida social, pertencentes a cada sociedade. São nuances que podem, invariavelmente, apresentarem situações de violência, em detrimento da subjetividade, intrinsecamente ligadas a costumes particulares que envolvem as diversidades socioculturais. “A concepção de diversidade humana, possibilita que suas diferentes dimensões e expressões não sejam caracterizadas como recortes, marcadores sociais, estilos de vida e atributos no modo de se vestir, falar e se expressar” (SANTOS, 2019, p. 78).

Tais situações estão incorporadas nas vivências cotidianas inerentes ao modo como cada um age, demonstrando seus comportamentos adquiridos dentro do contexto histórico-cultural. Sobre esses aspectos Oliveira e Souza (2011, p. 11) inferem que as diversidades culturais “englobam diferenças culturais que existem entre as pessoas, como linguagem, danças, vestimenta e tradições, bem como a forma como as sociedades organizam-se conforme a sua concepção de moral e de religião, a forma como eles interage com o ambiente, etc”.

Ante ao exposto, o presente trabalho tem por objetivo trazer informações que possam fomentar uma gama maior de conteúdos, acerca da temática aqui debatida, no sentido de ampliar os conhecimentos sobre a violência de gênero, bem como a construção histórica de subjetividades nas diversidades socioculturais, incutida no seio social das populações em todo o mundo.

Para tanto, fez-se necessária a realização de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, em diversas obras já publicadas sobre a temática aqui debatida, tais como: sites de internet, livros, revistas especializadas, artigos científicos, monografias e periódicos.

A relevância desse estudo reside nos pressupostos de que os assuntos aqui enfocados, podem suscitar uma maior abrangência de informações, para que a temática aqui enfocada, possa ser alargada e potencializada, trazendo, dessa forma, uma melhor compreensão sobre as diversidades socioculturais que, invariavelmente, podem promover discussões no seio social, acerca da violência de gênero.

No entanto, esse trabalho não pretende encerrar as discussões sobre o assunto aqui abordado, necessitando que outras futuras incursões científicas possam também construir importantes trabalhos sobre a temática, contribuindo para a disseminação do presente estudo.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho, trata de uma pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico, que possibilita ao pesquisador análises e reflexões sobre a temática, tomando como base autores de referência em relação a temática em questão. Desta forma no desenvolvimento do trabalho buscou-se recorrer a estudiosos que abordam o tema.

Para Lakatos e Marconi (2003, p. 183): “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Desta forma a questão levantada no decorrer deste estudo não se limita a replicar citações, mas recorre a estas para corroborar com o diálogo estabelecido.

## **GÊNERO: CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Nos dias atuais, a conceituação e a definição de gênero, tornou-se proeminente nas mais variadas instâncias sociais em todo o mundo. Trata-se de uma temática largamente debatida, a qual gera inúmeras discussões, possibilitando compreensões diversificadas, tendo-se em vista que os processos econômicos, sociais e culturais, são fatores que corroboram para que não se conclua de forma definitiva tais embates, muito

se devendo a não respeitabilidade acerca da pluralidade humana e suas particularidades (CAETANO; LIMA; CASTRO, 2019).

Em conformidade com a literatura de Cardoso (2008), trata-se de uma diversificação cultural particularizada, trazida pela socialização do indivíduo, preparando-o para o desempenho do seu papel social. Para Louro (2014), sexualidade e gênero são grandezas diferenciadas... gênero seria uma condição social que se destina a identificar as pessoas como homem e mulher. Já a sexualidade refere-se às formas culturais como as pessoas vivem seus desejos.

Partindo-se desses pressupostos, pode-se entender que as identidades de gênero não podem ser consideradas próprias de cada indivíduo. Trata-se de grandezas culturais e subjetivas, as quais podem estar associadas às normas de comportamento social, emanadas pela orientação e padronização de determinadas populações (PEREIRA; CAVALCANTE, 2021). Participando das polêmicas trazidas pela temática, Caetano; Lima e Castro (2019, p. 8), inferem que “gênero é um conceito analítico desenvolvido no bojo dos Estudos Feministas, a partir das lutas e politicamente produzido no cotidiano dos movimentos sociais”.

A presente temática implica uma conceituação que não se dá de forma definitiva, tão grande é a discussão em torno das nuances implícitas no bojo social em que está inserida. De acordo com a literatura de Scott (2021, p. 177), “embora o conceito ‘gênero’ tenha sido recuperado e se tornado comum, muitas questões persistem em torno da forma como ‘mulheres’ e ‘homens’, e as relações de poder entre eles, são definidas e estão evoluindo”.

Isso posto, a conceituação acerca de gênero de forma concreta e decisiva, não é uma tarefa de fácil execução, pois trata-se de um assunto complexo que emana uma variedade interpretativa, confundindo-se muitas vezes com sexualidade. Para Gonçalves; Gonçalves (2021, p. 2) “gênero e sexualidade são conceituações diferentes; o primeiro refere-se à condição social pela qual podemos nos identificar como homem ou mulher, o segundo são as formas culturais pelas quais vivemos nossos desejos e prazeres”.

Assim, a construção da identidade de gênero ocorre desde o nascimento da pessoa, por meio de rótulos de menina ou menino, empregados pela sociedade. Já a categoria gênero pode ser considerada uma condição sociocultural que homens e mulheres

adquirem, possibilitando conotações próprias variadas, em detrimento das normas e dos valores de cada um.

Essa afirmação pode ser coadunada por meio da literatura de Miskolci (2014, p. 103), quando infere que “graças à compreensão de que os gêneros são socialmente criados, sabemos que não há nenhuma relação necessária entre masculinidade e interesse sexual por mulheres, assim como não há entre feminilidade e interesse sexual por homens”.

Como é possível perceber, os embates ideológicos acerca de gênero, enquanto condição harmoniosa entre homens e mulheres, ainda requer uma gama considerada de conhecimentos culturais, sociais e sexuais, que possam alargar e potencializar os conceitos e definições acerca do que se tornou popularmente conhecido por gênero, no tocante às condições sexuais e sociais entre mulheres e homens.

## **VIOLÊNCIA DE GÊNEROS**

Ao longo da história da humanidade, as mulheres sempre sofreram preconceitos sociais dos mais variados tipos. A falta de respeito aos direitos mais simples e básicos são tolhidos nas mais diversas camadas da sociedade como um todo. Ainda, nos dias atuais, a discriminação de gênero continua sendo a maior responsável pelas desigualdades sociais, políticas e econômicas sofridas pelas mulheres.

A história sinaliza que as mulheres no decorrer de longos anos foram deixadas à margem das decisões sociais, exercendo atividades meramente voltadas à labuta do lar. Esse posicionamento restritivo dava espaço para uma sociedade dirigida majoritariamente por homens, situação que minimizava a figura feminina.

Esse pensamento está deliberadamente construído por meio das circunstâncias de desenvolvimento dos saberes e fazeres inerente a cada sexo. A participação e as atividades desenvolvidas ao longo do tempo por homens e mulheres podem ser a tônica para o desencadeamento desses embates.

Muitos homens, por terem uma condição biológica mais arraigada no sentido de, presumidamente, ser o provedor de todas as necessidades do lar, podem auferir para si a liderança familiar, causando comoção de variadas tipicidades. Para Moreira e Figueiredo (2022, p. 77), “Em nossa sociedade, espera-se que o homem ou mulher, assim nomeados

pelas características biológicas externas, seja heterossexual, ou seja, guiados pela heteronormatividade compulsória, que associa o sexo biológico à posição de gênero”.

O fator de tomar para si a liderança, desprezando e desvalorizando a imagem da mulher, causa uma série de dissabores emocionais no cônjuge. Para Miskolci (2014), essa forma de tolhimento da liberdade e da subjetividade ao gênero feminino pode causar uma gama considerável de problemas físicos e psicológicos que, invariavelmente, pode levar, muitas vezes, ao suicídio.

Muitos são fatores que concorrem para que ocorra a violência de gênero no seio familiar. Antropologicamente as alterações sofridas nos modelos familiares tendenciaram a seguir as mudanças de comportamento e, conseqüentemente, as mudanças de gênero. Nesses aspectos, Santana e Benevento (2013, p.1) versam na sua literatura que “[...] o conhecimento do gênero permite pensar nas diferenças sem transformá-las em desigualdade, ou seja, sem que as diferenças sejam ponto de partida para a discriminação”.

Com isso, a formatação dos papéis de gênero se materializou diante das relações de poder, concorrendo para que houvessem alterações de papéis entre homens e mulheres (RODRIGUES, 2018). Com isso, percebe-se que as mudanças comportamentais no seio da família, influenciaram na concepção de novas estruturas familiares, massificando a multiplicidade de identidade de gênero. “Estas definições apontam que a presença e o convívio com a multiplicidade sejam de gênero, identidade de gênero e sexualidade, habitua e constrói o respeito e dignifica a forma de compreensão destes diferentes conceitos” (GONÇALVES; GONÇALVES, 2021, p. 1).

A violência de gênero traz em seu seio, estreita relação com as categorias de classe e raça/etnia e suas relações de poder. Tais relações estão mediadas por uma ordem patriarcal proeminente na sociedade brasileira, a qual atribui aos homens o direito a dominar e controlar suas mulheres, fazendo nascer não só o preconceito, como também a violência contra a mulher, que é bem mais ampla no âmbito doméstico. Em conformidade com a literatura de Santana e Benevento (2013, p.1), “[...] as mulheres são vistas como passivas atribuindo-lhes as qualidades como paciência, fragilidade, emoção, enquanto as qualidades ativas como agressividade, força, dinamismo, que caracterizam o masculino”.

Nesse pensamento, é possível o entendimento de que a violência de gênero está atribuída à condição da fragilidade das mulheres frente aos homens. A sensação de fragilidade imposta às mulheres faz com que o pressuposto mais forte (o homem) possa sentir-se com o direito de dominação em todas as instâncias sociais. Assim, a “[...] identidade de gêneros são direitos diferenciados, mas que não visam instituir privilégios, e sim, promover a igualdade de condições de vida entre indivíduos diferentes” (ALBERNAZ; LONGHI, 2009, p. 79). Explicitando acerca de gênero, Louro (1996) ensina que:

Gênero não pretende significar o mesmo que sexo, ou seja, enquanto sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social como sujeito masculino ou feminino. Não se trata mais de focalizar apenas as mulheres como objeto de estudo, mas sim os processos da feminilidade e masculinidade, ou os sujeitos femininos e masculinos (LOURO, 1996, p. 09).

A identidade de gênero se forma a partir da convicção que se tem de pertencer a um sexo, sendo, pois, centrada nas bases biológicas da existência humana. Neste processo, o sexo e os aspectos biológicos ganham imagens sociais, decorrentes das possibilidades físicas e sociais de homens e mulheres, delimitando suas características e espaços onde podem atuar.

Isso posto, a violência pode ocorrer em diferentes situações cotidianas, podendo ser definida por qualquer ação que interfira “[...] numa situação de gênero, em seu aspecto público ou privado, causando danos de natureza física, sexual ou psicológica, inclusive ameaças, coerção ou a privação arbitrária da liberdade” (ADEODATO, 2005, p. 2).

Tais circunstâncias podem ser entendidas como ações em que, por exemplo, o homem submete a mulher física e/ou emocionalmente, de forma visível ou não. As relações de gênero, assim, são também consideradas relações de poder. Essas assertivas podem ser confirmadas nas palavras de Dias (2007, p. 15), quando infere que “o fundamento da violência é cultural e decorre da desigualdade no exercício do poder e que leva a uma relação de dominante e dominado”

Destarte, a violência de gêneros ocorre em qualquer instância social, sob quaisquer circunstâncias, demonstrando que o poder se encontra evidente nas relações de gênero, mas não de maneira uniforme, cabendo às mulheres uma posição subalterna na

organização social. A evolução na compreensão de que a violência de gênero viola os direitos humanos, proporcionou uma maior expansão para diálogos a respeito dessa problemática.

As manifestações das relações de gênero historicamente desiguais entre homens e mulheres, levam à dominação e a discriminação por parte do homem, impedindo o avanço pleno da mulher e lhe atribuindo um papel secundário. A violência de gêneros não conhece fronteiras geográficas, raça, idade, etnia, cor da pele ou renda. É uma realidade experimentada em várias partes do planeta, em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, no meio urbano ou rural, em grandes e pequenas cidades. Para Campos (2008):

A essa violência, que nasce da superioridade imposta por um sexo ao outro, dos homens sobre as mulheres e afeta toda a organização social, convencionou-se chamar violência de gênero, que é a violência sofrida pelo simples fato de ser mulher, sem distinção de raça, de classe social, religião, idade ou qualquer outra condição, produto de um sistema social que subordina o sexo feminino (CAMPOS, 2008, p. 9):

Tais valores devem ser massificados e incutidos no seio social dos casais que convivem sob o mesmo teto. “A desconstrução do gênero se propõe a interrogar/desnaturalizar os processos sociais, culturais, econômicos e políticos, e, portanto, historicamente localizados, que permitiram a produção de marcadores das diferenças sexuais” (CAETANO; LIMA; CASTRO (2019, p. 6).

As diferentes culturas encontradas no seio social de determinada sociedade, pode acarretar a diferença de gêneros. Essa miscigenação de comportamentos e valores pode levar os sujeitos a cometerem agressões de variadas formas, tais como: agressão física, que pode desencadear lesões corporais; agressão moral que pode inibir e causar constrangimentos no sujeito dentro da sociedade em que participa; ameaças que pode colocar em risco a vida das pessoas, além de chantagens, humilhações, discriminação e ações que podem causar problemas emocionais e psicológicos (ANDRADE; SOUZA, 2023).

Há que se considerar, a dificuldades dessas mulheres em fazer a ruptura com o ciclo de violência, de modo que a baixa escolaridade e a dependência financeira do companheiro, os valores de indissolubilidade do casamento, a preservação da estrutura

familiar e a dificuldade na manutenção econômica de sua própria vida e a de seus filhos são fatores determinantes na perduração dos casos violência de gênero.

A relação entre homens e mulheres no âmbito doméstico, utilizando-se uma análise comportamental de ambos, pode-se destacar que cada um tem suas funções definidas socialmente no decorrer do tempo. Nessa perspectiva, Saffioti (1992) ensina que “[...] não basta que um dos gêneros conheça e pratique atribuições que lhes são conferidas pela sociedade. É imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades do outro gênero” (SAFFIOTI, 1992, p. 10).

As situações de embates que envolvem a violência de gênero em qualquer instância, principalmente no ambiente doméstico, utilizando-se uma análise comportamental de ambos, pode-se destacar que cada um tem suas funções definidas socialmente no decorrer do tempo. Nessa perspectiva, Saffioti (1992) ensina que “[...] não basta que um dos gêneros conheça e pratique atribuições que lhes são conferidas pela sociedade. É imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades do outro gênero” (SAFFIOTI, 1992, p. 10).

## **SUBJETIVIDADES NAS DIVERSIDADES SÓCIO-CULTURAIS: CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS**

O processo de desenvolvimento humano está arraigado às suas origens, desde que o mesmo dava os primeiros passos rumo ao conhecimento das coisas e da natureza que o circundava. Trata-se de um processo histórico, cultural e social, tendo-se em vista que o homem, em sua essência, é dotado de natureza socializadora, sendo a sua condição humanitária provinda de suas vivências em sociedade no passado distante (AITA; FACCI, 2011).

Assim, a construção histórica de subjetividades está incutida no seio social desde os tempos mais remotos. As vivências adquiridas durante a formação dos grupos sociais pregressos, fomentaram as diversidades que se desenvolveram em decorrência das experiências pessoais, interativas, culturais e das influências diversificadas recebidas ao longo da vida (OLIVEIRA; SOUZA, 2011).

Cada geração começa sua vida em um mundo constituído de significados e de objetos construídos pelas gerações anteriores e se apropria dessas objetivações por meio do trabalho (AITA; FACC, 2011). Assim, todas as vivências humanas construídas nos

dias atuais, estão, de alguma forma, intrinsecamente atreladas aos comportamentos subjetivos do homem, desde o início da sua trajetória de vida social no planeta terra. São nuances cotidianas que se descortinam no meio social, demonstrando as diversas formas de subjetividade nos relacionamentos do homem na sociedade globalizada na atualidade (BEZERRA, 2018). Para Santos (2019):

A diversidade como dimensão constitutiva da individualidade se aprofunda e se complexifica mediante o desenvolvimento histórico. Assim, as lutas contemporâneas que marcaram as últimas décadas do século XX e se atualizam nos dias atuais não traduzem toda a expressão da diversidade humana (SANTOS, 2019, p. 77).

Corroborando com essas assertivas, Ramos e Grossi (2020) tecem comentários afirmando que a subjetividade humana faz parte da vida das pessoas desde os tempos mais remotos da humanidade. Trata-se de uma construção contínua de diversos conhecimentos, emanada pelo relacionamento com os seus semelhantes.

Para Mwewa e Zarbato (2022), essas particularidades ainda se encontram em desenvolvimento constante, adaptando-se às inovações que ocorrem no seio social de diversificadas populações em todo o mundo.

Ante ao exposto, pode-se compreender que a subjetividade está intrinsecamente atrelada às diversidades socioculturais inerentes a uma determinada época social. Porém, não é definitivo afirmar que a sua gênese se encontre incutida no pensamento dos indivíduos a qual pertence.

Essas particularidades podem ser afloradas quando uma pessoa ou grupo identifica-se com essas situações de forma única e decisiva (SILVA, 2009). Em consonância com a literatura de Aita e Facci (2011, p. 36):

O homem constitui sua subjetividade mediante o processo de apropriação dos conhecimentos construídos historicamente, desenvolvendo, assim, suas funções psicológicas superiores, tais como raciocínio lógico, pensamento abstrato, capacidade de planejamento, entre outras funções.

Para Ferrarini e Meireles (2022, p. 6), essas características é o que torna a “vivência mais real e realizada, construída por meio de subjetividades que reivindicam suas lutas, emoções e sentimentos e seus corpos racializados nos espaços afetivos e sociais”. Tais subjetividades permeiam os espaços coletivos das sociedades em todo o mundo desde os

seus primórdios. São nuances notadamente cotidianas nos dias atuais que se descortinam, trazendo uma gama infindável de ambiguidades nas mais variadas instâncias sociais.

### **SUBJETIVIDADE: CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

De forma geral a subjetividade pode ser compreendida como um fenômeno individual ou coletivo, muito se devendo à formação psíquica do indivíduo, em detrimento da sua personalidade e do seu entendimento subjetivo como ser social. Assim o processo e o resultado se desenvolvem de forma ampla, constituindo-se a singularidade de cada pessoa (SILVA, 2009).

Para Book (2004) o fenômeno da subjetividade pode ser engendrado a partir do momento em que se vislumbra a relação com o ciclo material e social. Nesses pressupostos, faz-se necessário que se possa diferenciar as grandezas subjetividade e objetividade. “Essa forma de pensar a subjetividade como sistema rompe os determinismos socioculturais e biológicos que têm caracterizado a história do pensamento psicológico” (MWEWA e ZARBATO (2002, p. 37).

A subjetividade está atrelada a uma condição do sujeito pertencer a um determinado grupo social, etnológico ou sexual. A Pluralidade de comportamentos pode definir e diferenciar as condições sociais e biológicas. Para Silva (2007, p. 76) a subjetividade “em síntese, é o processo de tornar o que é universal em singular, único, isto é, de tornar o indivíduo pertencente ao gênero humano”.

Essas condições são desenvolvidas ao longo da vivência de cada pessoa, em detrimento das suas participações na sociedade a que pertence. Ela se desenvolve a partir do momento em que o indivíduo se manifesta, relacionando-se socialmente com outras pessoas ou grupo específico de indivíduos, onde estão presentes valores culturais, familiares e outras instituições.

Dessa forma, a subjetividade tem aspectos íntimo, individual, singular que não limita e nem minimiza a importância do sujeito. Ao contrário disso, propicia um ambiente em que a pluralidade ganha espaço.

Coadunando com as assertivas acima, Cambaúva e Tuleski (2007) inferem que subjetividade pode ser compreendida como um contexto histórico e cultural no qual o indivíduo está inserido, que possibilita a este o seu desenvolvimento como ser social,

levando-se em consideração fatores que promovem uma relação dialética entre objetividade e subjetividade. De acordo com Furtado (2007, p. 91):

O campo genérico em que se dá a discussão da subjetividade social é o da construção social da realidade. É aí que a história pessoal e a do meio em que está se desenvolve estarão confluindo para uma nova unidade que, ao mesmo tempo, apresenta uma configuração subjetiva (relativa ao sujeito) e uma configuração objetiva (relativa às bases econômicas e sociais).

Nesse contexto, a conceituação acerca da subjetividade humana constitui-se em uma tarefa um tanto quando emblemática, levando-se em consideração que se trata de uma temática que aglutina muitos e variados entendimentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

São em grande número as concepções acerca da violência de gênero e das diversidades socioculturais, em variadas instâncias sociais. Não se pode definir com exatidão todos os direcionamentos, sejam eles intelectuais, formais ou meramente especulativos, acerca dessa temática.

Pautar essa temática traz reflexões pertinentes sobre situações latentes na sociedade brasileira, que ao longo da história de forma tímida vem se tornando perceptíveis e inaceitáveis.

Nesse sentido, pode-se compreender que as questões pertinentes à submissão das mulheres perante os homens, são costumes que foram construídos ao longo dos séculos e que, nos dias atuais, ainda podem ser vislumbrados em diversas sociedades espalhadas pelo mundo. Faz-se necessário uma conscientização maciça e a criação de outros mecanismos ou instrumentos mais eficazes para que essa problemática social seja extirpada do convívio das famílias no Brasil.

A importância desse estudo reside no fato de que os assuntos aqui propagados poderão subsidiar futuras pesquisas acadêmicas, no sentido de alargar e potencializar os assuntos aqui debatidos, por trata-se de uma temática de relevada importância para a sociedade brasileira como um todo, podendo os resultados aqui delineados, propiciar mudanças comportamentais inerentes à violência de gênero.

Tema este tão presente no dia a dia da sociedade e que reflete diretamente nos aspectos individuais e também repercute no coletivo, daí a necessidade de pautar discussões que

norteiam e direcionam os passos da sociedade vigente. Aliado a essa reflexão é fundamental ampliar o diálogo em questão com órgãos e instituições sociais que prezam pela cultura de paz, em que buscam na compreensão e tolerância uma vertente para o respeito ao próximo.

Desta forma, este estudo se justifica, partindo-se dos pressupostos de que os assuntos aqui trazidos à baila, constituem-se em interesse, não apenas para o âmbito acadêmico, mas para a sociedade em geral, tendo em vista que se trata de uma discussão contemporânea, envolvendo todas as instâncias sociais, especialmente para as famílias onde a violência de gênero se faz presente no dia a dia da sociedade brasileira.

No âmbito pessoal este estudo será de grande valia, pois propiciará um aprendizado consubstanciado sobre a temática ora debatida, podendo os conhecimentos aqui adquiridos fomentar respaldos profissionais futuro.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEODATO, V. G. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 1, fev. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/kbLB4v3hdrn3fCvDfrKv3Hx/abstract/?lang=pt>. Acessado em: 22 fev. 2024.

AITA, E. B.; FACCI, M. G. D. Subjetividade: uma análise pautada na Psicologia histórico-cultura. **Psicologia em Revista**. v. 17, n. 1, p. 32-47. Belo Horizonte MG, 2011. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682011000100005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000100005). Acessado em: 21 fev. 2024.

ALBERNAZ, L. S.; LONGHI, M. Para compreender gênero: uma ponte para relações igualitárias entre homens e mulheres. In: SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de. **Gênero, diversidade e desigualdades na Educação: interpretações e reflexões para a formação docente**. p. 75-95. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009.

ANDRADE, G. M. de; SOUZA, E. C. de. Narrativas de professoras lésbicas: relações de gênero e sexualidade no ambiente escolar. **Cadernos da Pedagogia**, v. 17, n. 37, p. 347-359, janeiro-abril/2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i44.7042>. Acessado em: 20 fev. 2024.

BEZERRA, M. dos S. **Educação, subjetividade e desenvolvimento humano: construindo bases para uma avaliação psicológica das dificuldades de aprendizagem, em uma perspectiva investigativa**. 2019. 2018. Tese. disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/37266>. Acessado em: 23 fev. 2024.

CAETANO, M.; LIMA, C. H. L.; CASTRO, A. M. Diversidade sexual, gênero e sexualidades: temas importantes à educação democrática. **Colloquium Humanarum**, v. 16, n. 3, p. 5-16. 2019. Disponível em: <http://revistas.unoeste.br/index.php/ch/article/view/3179>. Acessado em: 20 fev. 2024.

CAMBAÚVA, L. G.; TULESKI, S. C. A pseudoconcreticidade do conceito de subjetividade na Psicologia. **Revista de Educação**, n. 23, p. 79-90. 2007. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/171>. Acessado em: 22 fev. 2024.

CAMPOS, A. A. S. **A Lei Maria da Penha e a sua efetividade**. 2008. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Administração Judiciária.) - Universidade Estadual Vale do Acaraú, Fortaleza, 2008.

CARDOSO, N. M. B. Psicologia e relações de gênero: a socialização do gênero feminino na violência conjugal em relação às mulheres. **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**. p. 260-272. 2008. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/886qz/pdf/zanella-9788599662878-25.pdf>. Acessado em: 17 fev. 2024.

DIAS, M. B. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. 1. ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2007.

FERRARINI, N.; MEIRELES, V. H. Por que bichas pretas incomodam? Um estudo teórico-crítico sobre Masculinidades e Subjetividade Social na perspectiva Cultural-Histórica. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 05, n. 16, p. 171-200, jan.-abr., 2022. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index>. Acesso em: 23. fev. 2024.

FONSECA, P. H. da; MATITZ, Q. R. de S.; CHAERK, K. F. A diversidade humana em estudos de gestão e estratégia: Um estudo bibliométrico. **Rev. Bras. Gest. Neg.**, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgn/a/w68jvDYNCXhkDgCnwwXfBHd/>. Acessado em: 02 fev. 2022.

FURTADO, O. **Psiquismo e subjetividade social**. In A. M. Bock, G. M. Gonçalves, & O. Furtado (Orgs.), **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia** 3ª ed., p. 75-93). 2007, São Paulo: Cortez

GONÇALVES, M. C.; GONÇALVES, J. P. Gênero, identidade de gênero e sexualidade: conceitos e determinações em contexto social. **Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano**. v. 14, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2021.v14.n1.a600>. Acessado em: 20 fev. 2024.

LOURO, G. L. (2014). O gênero da docência. In: Louro, G. L. (Org.). **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 1996, pp.93-114). Petrópolis, RJ: Vozes.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 2003.

MISKOLCI, R. Sexualidade e orientação sexual. In: MISKOLCI, Richard (Org.). **Marcas da diferença no ensino escolar**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/HP8KjfVXCzfm5wCzKhWgWv/?lang=pt#:~:text=O%20livro%20Marcas%20da%20Diferen%C3%A7a,Universidade%20Federal%20de%20S%C3%A3o%20Carlos>. Acessado em: 15 fev. 2024.

MOREIRA, M.I.; FIGUEREDO, B.S. Bicha preta favelada: os marcadores interseccionais na construção da identidade psicossocial. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 5, n. 16, p. 70-96, 2022. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index>. Acessado em: 23 fev. 2024.

MWEWA, C. M.; ZARBATO, J. A. M. Memórias, subjetividades e diversidades culturais. **Rev. Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 17, n. 2, p. 1012-1020. Araraquara-SP, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16980>. Acessado em: 21 fev. 2024.

OLIVEIRA, E. de; SOUZA, M. L. de. Multiculturalismo, diversidade cultural e direito coletivo na ordem contemporânea. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais**. v. 1, n. 15, p. 121-139, Curitiba-PR, 2011. Disponível em: <http://apps.unibrasil.com.br/revista/index.php/direito/article/viewFile/806/69>. Acesso em: 22 fev. 2024.

PEREIRA, F. V. M.; CAVALCANTE, J. H. de A. identidades de gênero, diversidade sexual e enfrentamento à lgbtphobia nas aulas de língua inglesa. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 7, n 1, p. 293-314. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/54781/37156>. Acessado em: 20 fev. 2024.

RAMOS, L. de M.; GROSSI, M. P. Subjetividades na constituição de redes de resistência entre professoras egressas do curso de especialização em gênero e diversidade na escola em Santa Catarina. **Escritas: Revista do curso de História de Araguaína**. v. 14, n. 2. p. 164-183, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/36132/20852>. Acessado em: 15 fev. 2024.

SANTANA, V. C.; BENEVENTO, C. T. **O conceito de gênero e suas representações sociais**. 2013. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd176/o-conceito-de-genero-e-suas-representacoes-sociais.htm>. Acessado em: 20 fev. 2024.

SANTOS, S. M. de M. dos. Luta de classes e a questão da diversidade humana: debate atual e perspectivas político-teóricas. **Rev. Trabalho Necessário**, v. 17, nº 32, 2019. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/3155>. Acessado em: 23 fev. 2024.

SANTOS, S. M. de M. dos. Luta de classes e a questão da diversidade humana: debate atual e perspectivas político-teóricas. **Rev. Trabalho Necessário**, v. 17, nº 32, 2019. Disponível em:

<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/3155>. Acessado em: 23 fev. 2024.

SCOTT, J.; GENDER, A. Useful Category of Historical Analysis. In: **Gender and the Politics of History**. New York, Columbia University Press, 1988.

SILVA JR, E. M. **A Violência de Gênero na Lei Maria da Penha**. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/29/26/2926/>>. 2007. Acesso em: 20 fev. 2024.

SILVA, F. G. da. **Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade**: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. Psic. da Ed., São Paulo, 2009. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752009000100010](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000100010). Acessado em: 20 fev. 2024.

\*\*\*

Artigo recebido em agosto de 2024. Aprovado em outubro de 2024.